

## Sisejufe articula para agilizar aprovação PL 2648

Foto: Samuel Tosta



Apesar do cenário de crise política, diretoria do sindicato atua em Brasília junto ao Congresso Nacional e ao Supremo Tribunal Federal para garantir o REAJUSTE JÁ

Página 4

### Leia Mais

Lei Brasileira de Inclusão: Judiciário precisa se adequar à legislação que garante os direitos das pessoas com deficiência

Páginas 6 e 7

IR sobre auxílio-creche: primeiras execuções já tiveram depósito e Sisejufe aguarda entrega de documentos pelos servidores

Página 9

Sede Campestre ganha novas suítes e investimento em acessibilidade para aumentar conforto dos sindicalizados e seus familiares

Página 11



# Prestação de contas do Sisejufe é aprovada

## Contas de 2015

## Previsão orçamentária de 2016 também é aceita pelos sindicalizados

Os servidores do Judiciário Federal no Rio de Janeiro aprovaram, em assembleia ordinária, no dia 30 de março, a prestação de contas do Sisejufe e a Previsão Orçamentária para 2016. O evento, realizado no auditório do Sisejufe, contou com a participação de cerca de 70 pessoas.

A apresentação inicial foi feita pelo gerente administrativo do sindicato, Marcelo Nobile, que detalhou as receitas e despesas de 2015, destacando que o orçamento não pôde ser totalmente executado em função dos gastos com a greve. “Tivemos que suspender atividades para arcar com custos como aluguel de carro de som, caravanas a Brasília e panfletadores”, explicou Marcelo, ressaltando que, mesmo assim, as contas da entidade encerraram 2015 com disponibilidade de R\$ 264.926,74.

### Números e resultados positivos

O gerente administrativo informou que o número de sindicalizados passou de 5768 para atuais 6.001. Também houve crescimento no número de ações do Departamento Jurídico, adesões ao plano de saúde e oferta de convênios

(atualmente são 182). A Sede Campes- tre recebeu mais de seis mil visitantes desde que foi inaugurada, segundo Marcelo Nobile. Os cursos de pós-graduação e capacitação, assim como a fisioterapia, apresentaram grande aumento na procura.

Após a apresentação, o presidente do sindicato, Valter Nogueira Alves detalhou alguns investimentos feitos no ano passado, como a modernização da infraestrutura e a construção de seis novas suítes na sede campestre e reforçou o entendimento de que muito do que foi planejado teve de ser adiado em função da greve pelo reajuste salarial da categoria, que consumiu grande parte do orçamento previsto para 2015.

### Contas passam no crivo do Conselho Fiscal

Logo a seguir, o presidente do Conselho Fiscal, João Mac-Cormick da Costa, leu o parecer relativo à prestação de contas, recomendando à assembleia-geral a aprovação do documento, com a ressalva de que o Plano de Contas seja modificado, a fim de que as contas contábeis se convertam em contas orçamentárias, de modo a proporcionar



melhor análise do cumprimento do planejamento orçamentário. Também foi sugerido que seja efetuada melhor discriminação das contas relativas a passagens, estacionamento, pedágio, publicações e assinaturas, bem como de eventual reclassificação.

Os sindicalizados aprovaram as contas de 2015 por ampla maioria. Houve apenas um voto contra e quatro abstenções.

### Previsão orçamentária de 2016

Valter Nogueira apresentou o Planejamento Estratégico e a Previsão Orçamentária e Financeira para o ano de 2016. A receita prevista para esse

ano é de R\$5.468.360,72. O dirigente afirmou que a luta pela reposição salarial continuará no centro de atuação do sindicato e especificou os planos de investimento de cada departamento e núcleo. Valter informou que o Sisejufe vai construir neste ano três novas suítes e uma cozinha na sede campestre. Respondeu ainda dúvidas dos sindicalizados sobre a previsão de gastos com atividades sindicais, congressos e outras despesas. Ao final, a Previsão Orçamentária e o Planejamento Estratégico para 2016, foram aprovados com apenas quatro votos contrários e três abstenções.

## Planejamento Estratégico

## Encontro reafirma luta pelo Nível Superior para técnicos

A direção do Sisejufe esteve reunida nos dias 26, 27 e 28 de fevereiro para planejar os rumos da entidade em 2016. “Após acertarmos a reposição, precisamos nos preparar para novos embates: a diminuição da diferença salarial entre técnicos e analistas, a luta pela jornada de seis horas e o adoecimento da categoria. Também devemos estar atentos aos impactos do teletrabalho na vida dos servidores”, destacou o presidente do Sindicato, Valter Nogueira Alves. O planejamento, realizado na Associação dos Aposentados e Funcionários do Banco do Brasil, em Xerém, reafirmou ainda a luta pelo Nível Superior para técnicos e defesa desse pleito no Congresso Nacional da Fenajufe (9º Congrejufe).



“Vamos continuar trabalhando para que o Sisejufe se mantenha na vanguarda nacional, falando a verdade para os servidores”, disse o dirigente. O sindicato do Rio de Janeiro é o segundo maior do país em número de filiados e o terceiro em número de servidores representados.

Um dos palestrantes, o assessor par-

lamentar Alexandre Marques fez uma análise de conjuntura. Ele salientou a importância das entidades sindicais para a organização dos servidores. “A nova diretoria da Fenajufe deve ser forte, composta por pessoas experientes, que busquem a unidade.” Ele acredita que entre os principais temas que a categoria

irá enfrentar, estão o plano de carreira, a Reforma da Previdência e os cortes no orçamento do Judiciário.

A assessora política do Sisejufe, Vera Miranda, conduziu a dinâmica do planejamento. “A entidade tem que estar preparada se quiser continuar como protagonista nas lutas dos servidores.”

**Contraponto**

**SISEJUFÉ:** Filiado à FENAJUFÉ e à CUT  
**SEDE:** Av. Presidente Vargas 509/11º andar  
 Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20071-003  
**TEL./FAX:** (21) 2215-2443  
**PORTAL:** <http://sisejufe.org.br>  
**ENDEREÇO:** [imprensa@sisejufe.org.br](mailto:imprensa@sisejufe.org.br)

**DIRETORIA:** Adriana Aparecida P. Tangerino, Adriano Nunes dos Santos, Alexandre G. dos Santos, Amadenison V. Ramos, Amaro das G. Faustino, Ângelo Henrique V. da Rocha, Cláudio Vieira de Amorim, Dulavim de O. Lima Junior, Edson Mouta Vasconcelos, Eliana P. Campos, Fábio Filardi da Silva, Fernanda Estevão Picorelli, Fernanda Lauria, Helena Guimarães Cruz, Joel Lima de Farias, Jorge Luiz F. de Queiroz, José Fonseca dos Santos, Jovelina Alves da Silva, Leonardo M. Peres, Lucena P. Martins, Lucilene L. Araújo de Jesus, Luís Amauri P. de Souza, Marcelo Costa Neres, Mariana Ornelas de A. G. Liria, Mário César P. D. Gonçalves, Maristela de Souza Vicente, Mauro Nilson F. dos Santos, Neli da Costa Rosa, Olker G. Pestana, Ricardo de A. Soares, Ricardo Quiroga Vinhas, Ricardo S. Valverde, Rinaldo de Oliveira Moraes, Ronaldo Almeida das Virgens, Sidnei Barbosa Seixas, Sonia Regina Rezende, Soraia G. Marca, Valter N. Alves, Williams F. de Alvarenga

**ASSESSORIA POLÍTICA:** Vera Miranda

**EDIÇÃO:** Tais Faccioli (MTE 22185)

**REDAÇÃO:** Max Leone (MTE RJ/19002/JP) – Tais Faccioli (MTE 22185) – Cristiane Vianna Amaral (MTE/RS 8685)

**DIAGRAMAÇÃO:** Deisedóris de Carvalho – **CHARGE:** Latuff – **CONSELHO EDITORIAL:** Ricardo Quiroga Vinhas, Max Leone, Valter Nogueira Alves e Vera Miranda  
**IMPRESSÃO:** Gráfica Mec Editora Ltda. Tiragem: 7.300

# Rio levará 60 delegados para congresso em Florianópolis

**9º Congrejufe** Mais votada, chapa Fenajufe Pode Mais defenderá pautas da categoria

Os servidores do Judiciário Federal do Rio de Janeiro escolheram, em assembleia-geral, no dia 9 de março, os 60 delegados que irão representar o estado no Congresso Nacional da Fenajufe (9º Congrejufe). A chapa 1 Fenajufe Pode Mais foi a mais votada e elegeu 33 delegados. A chapa 2 Mova-se Rio/Renova Sisejufe terá 27 delegados.

## Como foi a eleição

Em frente ao foro da Justiça Federal, os servidores ouviram atentos os discursos dos representantes das duas chapas. No primeiro momento, falaram pela chapa 1 os diretores do Sisejufe Edson Mouta, Ronaldo das Virgens e Ricardo Quiroga; e pela chapa 2 os servidores Wanderson Alves, Katia Nascimento e Sergio Feitosa. Cada um expôs objetivos de sua chapa e a avaliação sobre as pautas da categoria.

Em seguida, o presidente do sindicato Valter Nogueira Alves explicou a dinâmica da votação. A diretora Mariana Liria e o servidor Helenio Barros leram os nomes dos delegados inscritos em cada chapa. No segundo momento, Valter, Mariana e o servidor Lucas Ferreira defenderam as propostas da chapa 1. Enquanto os servidores Rômulo Tadeu Torres e Eduardo Brasil falaram pela chapa 2.

Encerradas as falas, iniciou-se a votação. Dos 520 participantes, votaram 475 servidores na eleição das chapas.



Momento de votação da chapa Fenajufe Pode Mais, na assembleia de eleição dos representantes que irão ao 9º Congrejufe

Destes 275 votaram na chapa Fenajufe Pode Mais, garantindo a eleição de 33 delegados. Com 220 votos, a chapa Mova-se Rio/Renova Sisejufe terá 27 representantes.

Também foi destaque na assembleia a grande participação de aposentados, aposentadas e pensionistas.

“É importante os servidores se envolverem com a eleição da nossa federação tendo em vista que será a Fenajufe quem nos próximos três anos terá o papel de protagonista nos anseios e nas pautas da categoria. Ao final, certamente teremos um movimento sindical melhor”, disse o diretor do Sisejufe Edson Mouta.



Muitos aposentados e pensionistas participaram da escolha dos delegados

## O que esperar do 9º Congrejufe

O Congrejufe, além de ter a missão de compor a nova direção que comandará a Fenajufe, cumprirá o papel de organizar a categoria para as próximas lutas. No evento, que acontece entre os dias 27 de abril e 1º de maio em Florianópolis (SC), serão discutidos temas como carreira, jornada de seis horas, data-base, políticas permanentes e reforma estatutária.

“Esse Congresso precisa aproveitar a organização da categoria surgida nas lutas de 2015 e se armar para os desafios seguintes. Um deles é a reestruturação

produtiva em curso, que tem atacado o funcionalismo através de uma reforma administrativa fatiada. Hoje, o adoecimento dos servidores em função das metas e do aumento informal da jornada de trabalho abre as portas para o assédio moral. Valorizar os servidores não é só através de um bom salário. O melhor salário do mundo não compensa a ausência de condições dignas de trabalho. A expectativa é aproveitar esse Congresso para canalizar estes temas”, avalia a assessora política do Sisejufe, Vera Miranda.



Servidores que apoiam a chapa Mova-se Rio/Renova Sisejufe

# PL 2648: governo, líderes e STF confirmam votação no início de abril

**Reajuste** Integrantes do Colégio de Líderes concordam que a matéria deve ser apreciada com urgência



Valter Nogueira Alves, presidente do Sisejufe e outros líderes sindicais em reunião no Supremo Tribunal Federal

O presidente do Sisejufe, Valter Nogueira Alves, juntamente com a coordenadora-geral da Fenajufe, Mara Weber; o presidente do Sindiquinze, Zé Aristéia; e o assessor parlamentar Alexandre Marques estiveram em Brasília nos dias 29 e 30 de março. Em reuniões com o governo, Supremo Tribunal Federal (STF) e líderes da Câmara, os dirigentes sindicais reafirmaram a importância de viabilizar a votação e aprovação do PL 2648 diretamente no plenário.

O líder do governo José Guimarães (PT-CE) confirmou que, apesar da resistência do presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB/RJ) em não votar nenhum projeto de lei de reajuste salarial, o projeto será votado nos primeiros dias de abril. O deputado pediu que o PL 2648 fosse incluído na pauta em reunião no Colégio de Líderes, argumentando que o projeto é consenso, negociado como alternativa ao Veto 26, mantido pelo Congresso Nacional. Os demais líderes concordaram com a necessidade de votar a matéria com urgência, já que se comprometeram com o STF e com as lideranças sindicais. O requerimento de

urgência número 2974/2015, apresentado por Guimarães, será votado juntamente com o PL 2648, o que levará a proposta a ser apreciada diretamente pelo plenário da Câmara, sem a necessidade de passar por todas as comissões.

#### Governo confirma apoio à votação

O secretário Renato Simões informou que o PL 2648 foi incluído como prioridade pelo governo para votação no início de abril. Segundo Renato, é de interesse do Executivo que a matéria, de consenso entre os poderes, seja apreciada logo.

“É de extrema importância que o governo sinalize para as

lideranças da base a sua concordância e o seu aval para a votação do PL 2648”, ressaltou o presidente do Sisejufe.

#### Representante do Ministério da Justiça se compromete em agilizar sanção

O secretário da Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, Marcelo Veiga, se comprometeu, através da assessoria de assuntos legislativos do órgão, a acompanhar toda a tramitação e, assim que o PL 2648 for aprovado no Senado, agilizar o processo na Casa Civil para que a sanção ocorra o mais rápido possível.

Valter reafirmou a necessidade da aprovação e sanção do proje-

to acontecerem ainda no mês de abril para garantir o pagamento da folha salarial deste mês.

#### Diretor-geral do STF intensifica articulações para aprovar reajuste

O diretor-geral do STF, Amarildo Vieira, e o juiz auxiliar da Presidência, Paulo Schimidt, continuam trabalhando para que os líderes partidários garantam a aprovação do PL 2648 em abril. Amarildo informou que o presidente do Supremo, ministro Ricardo Lewandowski, conversou com várias lideranças partidárias e solicitou empenho para aprovação rápida do reajuste. Segundo o diretor-geral, o fato da Câmara estar tendo sessões diárias com votações é extremamente positivo para que se consiga aprovar o projeto.

#### PL com melhorias foi apresentado no início de março

A proposta de acordo com melhorias ao PL 2648 foi formalmente referendada pelo Ministério do Planejamento no início de março. Todos os

pontos negociados e a fórmula de cálculo para aproveitamento dos recursos previstos na LOA 2016 foram aceitos, o que garante o uso integral dos valores para o reajuste.

O acordo não altera o percentual de 41,47%, as oito parcelas previstas e a implementação em quatro exercícios, melhorando o percentual de reajuste para o ano de 2016. O primeiro ponto negociado foi o aproveitamento dos recursos dos meses de janeiro a março, que proporcionou uma melhora nos reajustes do exercício de 2016. O primeiro ano contará com três parcelas, em vez de duas, sendo o primeiro reajuste já para abril no percentual de 5,18%; o segundo para junho, somando 10,36%; o terceiro para novembro, somando 13,47%. Em junho de 2017, será paga a quarta no valor de 17,97%; a quinta parcela em novembro, somando 23,84%; a sexta parcela em junho de 2018, no valor de 27,3%; a sétima parcela, de 31,6%, em novembro de 2018 e a oitava parcela totalizando 41,47%, em janeiro de 2019.

# Sisejufe reforça urgência de aprovação do reajuste para consolidar 13,23%

**Reajuste Salarial** Presidente do Tribunal Superior do Trabalho também defende projeto

**Juiz da 2ª Vara manda suspender pagamento de ação da Anajustra, acatando decisão do STF**

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Ives Gandra, defendeu no dia 15 de março urgência na aprovação do PL 2648 para consolidar o reconhecimento aos servidores do Judiciário Federal do direito aos 13,23%. “Eu estou em con-

tato com o ministro (Ricardo Lewandowski para ver se até o final deste mês nós temos aprovado o projeto de reajuste dos servidores porque daí resolveria o problema pela raiz”, afirmou o presidente do TST.

Gandra fez esta afirmação após sessão administrativa em

que o Tribunal decidiu manter o pagamento dos 13,23% (sem alteração no critério do cálculo), por entender que a decisão que deu origem a sua implantação no ano de 2014 possui natureza administrativa e deixa, portanto, de sofrer as consequências da liminar do Supremo Tribunal Federal (STF). De relatoria do ministro Gilmar Mendes, a decisão provisória é voltada para a suspensão da execução no processo judicial 2007.34.00.041467-0, da Associação Nacional da Justiça do Trabalho (Anajustra).

A decisão do TST, no entanto, perdeu a validade depois que o juiz federal Frederico Botelho de Barros Viana, da 2ª Vara do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, onde tramita o processo da Anajustra, expediu um ofício aos Tribunais Regionais do Trabalho e ao TST determinando a suspensão do pagamento dos 13,23% até deliberação final do Supremo.

Para o presidente do Sisejufe, Valter Nogueira Alves, os últimos acontecimentos só

reforçam o acerto da estratégia adotada pelo sindicato. “A todo momento a ação dos 13,23% sofre reviravoltas. E a categoria não pode ficar refém destas decisões judiciais e administrativas. Por isso, insistimos na necessidade de se aprovar com urgência o PL 2648, mantendo o Artigo 6º como forma de consolidar, mediante lei, o reconhecimento do direito ao reajuste, o que anteciparia o trânsito em julgado das ações em curso”, afirma Valter.

## Supremo suspende ação da Anajustra – decisão não atinge processo do sindicato

Em decisão liminar no dia 10 de março, o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu o curso do Processo 2007.34.00.041467-0, da Associação Nacional da Justiça do Trabalho (Anajustra), que discute a incorporação da parcela de 13,23%. A ação, em andamento na 2ª Vara Federal do Distrito Fe-

deral, terá a tramitação suspensa até julgamento final.

### Entenda o caso

Alegando violação à cláusula de reserva de plenário (quando deve haver decisão do órgão colegiado máximo do tribunal) quando da apreciação do caso no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, a União propôs a

Reclamação 14872 em novembro de 2012 contra o acórdão favorável obtido pela Anajustra sobre 13,23% (em verdade, o sindicato defende o percentual correto de 14,23%). No dia 10 de março deste ano, o ministro Gilmar Mendes deferiu a liminar na reclamação e suspendeu o curso do processo da associação nacional.

Quando o TRF1 reconheceu o incidente de inconstitucionalidade, o processo da Anajustra já tinha sido julgado. O Sisejufe, ciente da importância do rito, diligenciou para que a cláusula de reserva de plenário fosse observada e a causa tivesse resultado favorável e processualmente seguro. Desse modo, quando os embargos

interpostos pelo sindicato forem apreciados, a decisão daí advinda não terá contra si os riscos envolvidos na falta de apreciação da matéria pelo Conselho Especial.

Com isso, apesar de mais demorada, a decisão que vier a ser obtida pelo Sisejufe não sofrerá os reflexos da liminar deferida pelo STF contra a associação.

## Conheça a ação do Sisejufe

A ação coletiva proposta pelo Sisejufe ainda no ano de 2007 (processo nº 0040737-21.2007.4.01.3400, TRF 1ª Região) para reconhecimento do direito ao reajuste de 14,23% (também denominado 13,23%) garante pagamento de retroativos para os filiados desde 2003.

O processo atualmente encontra-se para julgamento de embargos no Tribunal Regional Federal da 1ª Região. A tese está pautada na criação da Vantagem Pecuniária Individual (R\$59,87) em maio de 2003 pela Lei 10.698/2003 com natureza de revisão geral anual, juntamente com 1% da Lei

10.697/2003. Aos servidores que ganhavam menos, a VPI representou até 14,23% a mais do que receberam os que tinham maior remuneração.

O sindicato está atuando para uma decisão favorável definitiva aos seus filiados. No Tribunal Regional Federal da 1ª Região, a Primeira Turma está com a apelação nº 0040737-21.2007.4.01.3400, sob a relatoria do desembargador Jamil Rosa de Jesus Oliveira. O Sisejufe juntou decisões favoráveis ao processo e pediu prioridade no julgamento, invocando a possibilidade de tutela antecipada recursal ou decisão monocrática.

### Sisejufe pede o pagamento dos 14,23% (ou 13,23%) em tutela antecipada

Com o julgamento da Arguição de Inconstitucionalidade nº 2007.41.00.004426-0 / R O ( 0 0 0 4 4 2 3 - 13.2007.4.01.4100), em 19 de março de 2015, pela Corte Especial do TRF da 1ª Região, foi pacificada a tese defendida pela entidade sobre a inconstitucionalidade da Lei 10.698/2003, em prol do direito de todos os servidores federais à revisão de 14,23%.

Como o julgamento em questão vincula os demais órgãos da Justiça Federal da 1ª Região a decidirem conforme a Corte Especial nos demais processos

em que se discute a matéria, a entidade pediu nos autos do processo coletivo já ajuizado em favor dos filiados o mesmo tratamento.

Para que não houvesse mais demora no provimento, evitando-se prejuízos da corrosão inflacionária nos seus salários, a entidade pediu que fosse concedida tutela antecipada para a imediata implementação do percentual nos contracheques.

O Sisejufe protocolou requerimentos administrativos em todos os tribunais. O pedido ao TRT aguarda análise do recurso no Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). No TRE, o presidente do sindicato, Valter Nogueira Alves, cobrou

a incorporação, em reunião com o presidente do tribunal, Antônio Jayme Boente. Ao TRF, o Sisejufe renovou o pedido de análise para o reconhecimento do pagamento dos 13,23%. A solicitação foi feita ao presidente do tribunal, desembargador Poul Erik Dyrland.

O Sisejufe vem lutando pelo reconhecimento administrativo para os servidores do Judiciário da União no Estado do Rio de Janeiro, além de manter ação coletiva sobre a matéria, e entende que a inclusão do Artigo 6º no PL 2648 consolida o direito dos servidores ao recebimento do passivo.

# Brasil ganha lei para garantir direitos das

## Acessibilidade

## Conselho Nacional de Justiça recomenda que Tribunais tenham comissões de acess

Cristiane Vianna Amaral

A Lei Brasileira de Inclusão – Estatuto da Pessoa com Deficiência (LBI) entrou em vigor em janeiro deste ano. A partir da nova legislação, quase um quarto da população (23,9%) passa a ter condições de igualdade com o restante da população. A Lei 13.146/2015 tem como base a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, o primeiro tratado internacional dessa área a ser incorporado pelo ordenamento jurídico do país com status de emenda constitucional. “O foco, agora, não é mais compensar o que supostamente está errado com a pessoa, mas, sim, corrigir o que está errado com a sociedade, que segrega por não ser capaz de derrubar as barreiras que impedem sua plena inclusão social”, explica o senador Romário (PSB-RJ), relator da matéria Senado.

O projeto original, proposto pelo senador Paulo Paim (PT-RS), começou a ser discutido no Legislativo há cerca de 15 anos. “É preciso ampliar o ciclo de convivência das pessoas com deficiência na sociedade e incentivar sua participação de maneira independente na vida comunitária”, ressalta Paim.

A relatora do projeto na Câmara, deputada Mara Gabrielli (PSDB-SP), destaca que o texto preliminar ficou sob consulta pública por

seis meses, tendo recebido mais de mil propostas. “Um processo democrático de valorização da cidadania e protagonismo da pessoa com deficiência.”

A lei também prevê punições como a detenção de dois a cinco anos para quem impedir ou dificultar o ingresso da pessoa com deficiência em planos privados de saúde e a quem negar emprego, recusar assistência médico-hospitalar ou outros direitos, em razão de alguma deficiência.

### Judiciário precisa avançar

O diretor do Núcleo das Pessoas com Deficiências do Sisejufe Ricardo Azevedo acredita que a lei vai beneficiar a todos e todas. E destaca a grande participação da militância do segmento na elaboração da legislação. “A limitação não está em nós, está no meio”, defende. O bacharel em direito, que é cego, lembra que quando entrou no Judiciário Federal, no final da década de 90, usava um programa pirata pois, apesar da reserva de vagas para pessoas com deficiência no concurso, o Judiciário Federal não estava preparado para trabalhar com as diferenças.

“Devemos ter os instrumentos para trabalhar em igualdade de condições com os outros colegas do Judiciário”, reivindica. O Conselho Nacional de Justiça recomenda que os tribunais te-

tenham comissões de acessibilidade. Azevedo denuncia que elas existem, mas não funcionam. A partir da LBI, o Sindicato deve conversar com as direções dos foros, que acabam focando no atendimento ao público externo, deixando em segundo plano o atendimento ao próprio servidor.

○ Estatuto

também prevê o acesso da pessoa com deficiência à Justiça, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. Nesse sentido, o poder público deve capacitar os servidores que atuam no Poder Judiciário. Uma antiga luta do Sisejufe está garantida na LBI: os serviços notariais e de registro não podem mais negar ou criar dificuldades ou ainda condições diferenciadas à prestação de seus serviços em razão de deficiência do solicitante. “Agora não

é mais necessária uma testemunha para um cego reconhecer firma como queria a

em vigor. Em parceria com a entidade, o Sisejufe está preparando

corregedoria do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro”, exemplifica Azevedo.

O diretor do Sisejufe destaca que entre os principais pontos da nova lei está o estímulo à capacitação para o trabalho. A LBI prevê ainda a criação do direito ao auxílio-inclusão, benefício de renda complementar ao trabalhador com deficiência que ingressar no mercado, e o saque do FGTS para compra de equipamentos especiais. E critica alguns pontos vetados pela presidência, que dificultam a empregabilidade.

### Sisejufe prepara seminário sobre LBI

Como diretor do Sisejufe, Azevedo participa da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência da OAB/RJ. O colegiado pretende enviar aos órgãos públicos, no próximo período, ofícios prestando esclarecimentos sobre a nova lei

um seminário sobre a LBI que será realizado ainda no primeiro semestre deste ano. O objetivo é tratar tanto da construção, como da aplicabilidade da lei.

Azevedo espera que os servidores com deficiência compareçam para esclarecê-los sobre esse novo diploma jurídico e para que o sindicato possa atuar junto às direções para resolver os eventuais proble-



“Devemos ter os instrumentos para trabalhar em igualdade de condições com os outros colegas do Judiciário”, reivindica o diretor do sindicato Ricardo Azevedo.



# ... pessoas com deficiência

...sibilidade. Sisejufe cobra medidas para atender os servidores

mas. Quem não tem deficiência também deve participar, pois o principal obstáculo para uma plena inclusão é a atitude da sociedade.

## Lei prevê criminalização

O vice-presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência da OAB/RJ, Luís Claudio Freitas, participou do grupo de trabalho que construiu o substitutivo da lei, como jurista convidado. “Agora o foco é a pessoa e não mais a doença”, avalia. Freitas, que é deficiente visual,

deficiência já está em vigor. “É o gestor público que deixar de cumprir questões relacionadas à acessibilidade responderá por improbidade administrativa”, afirma. O Estatuto garante ainda o exercício da capacidade legal da pessoa com deficiência em igualdade de condições. “Antes, a deficiência estava associada à incapacidade. A regra não é mais a interdição total.” No entanto, quando necessário, um curador poderá ser

no - meado.

Apesar da ação da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino que está no Supremo Tribunal Federal contra o artigo 28 da LBI, que garante a obrigatoriedade das escolas de receber o aluno com deficiência, a negativa de matrícula é considerada crime, garante o advogado. A confederação defende que garantir educação de qualidade a estudantes com deficiência é responsabilidade do Estado e não das escolas particulares. Os estudantes também têm o direito de contar com profissionais de apoio escolar em instituições privadas, sem custo para as famílias.

Apesar de alguns pontos necessitarem de regulamentação, a criminalização de quem restringe os direitos da pessoa com

conta que os dez meses que passou em Brasília, entre 2012 e 2013, foram muito gratificantes.

A lei prevê ainda a criação do Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência com a finalidade de coletar e processar informações destinadas à formulação, gestão, monitoramento e avaliação das políticas públicas para as pessoas com deficiência e para a realização de estudos e pesquisas. Freitas acredita que sua implementação deve ficar a cargo da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

## Descrição da Imagem

Mapa do Brasil, em relevo da altura de um degrau, com uma rampa acessibilizando a entrada de um cadeirante e uma mulher cega, portando bengala e mochila. As cores do desenho representam a bandeira brasileira: país na cor verde; a rampa na cor amarela e as pessoas vestindo branco e azul. Artista: Latuff - para Sisejufe 2016

## Biblioteca do TRF está preparada para acolher pessoas com deficiência



Laura Eugenia da Silva (foto) está trabalhando pela primeira vez. A estudante de Administração é estagiária na Biblioteca Afrânio Antônio da Costa, localizada no Tribunal Regional Federal (TRF 2). Se para quase todos os jovens brasileiros entrar o mercado é um desafio, ela teve que enfrentar ainda mais um obstáculo: o preconceito. Laura é deficiente auditiva.

A estudante trabalha principalmente junto às pessoas com deficiências, a maioria cegos, pois o espaço possui equipamentos de acessibilidade. Como é uma biblioteca especializada em Direito, além de ser procurada pelo público interno é também uma referência para quem está se preparando para concursos.

Laura conta das dificuldades que os surdos enfrentam, como a necessidade de um intérprete em sala de aula. Na sua avaliação, os obstáculos muitas vezes desestimulam, afastando a pessoa com deficiência da sociedade como um todo e resultando em uma postura acomodada. No entanto, ela acredita em seu futuro. “Tenho muitas coisas para superar para vencer na vida.”

### Espaço se destaca pela tecnologia inclusiva

A servidora Glória Horta é responsável pelas atividades ligadas à acessibilidade na biblioteca do TRF 2. Ela conta que pelo espaço ter estagiários com deficiência, outras pessoas com limitações físicas e sensoriais se sentem mais à

vontade para frequentar o espaço. Apesar de ter estudado Libras, a convivência com os surdos está aprimorando seu vocabulário nesta linguagem. Glória acredita que os dois lados, as pessoas com deficiência e o restante da sociedade, devem se aproximar.

Glória explica que o espaço possui equipamentos e softwares com tecnologia assistiva para vários tipos de deficiência. Para quem tem baixa visão, os textos podem ser ampliados em mais de 40 vezes no monitor, entre outros ajustes, como o aumento do contraste. Há teclados ampliados e mouses especiais, bem como impressora Braille. Programas viabilizam a leitura via sintetizador de voz, que podem ser utilizados por qualquer um que tenha dificuldade com a própria leitura ou em manusear impressos.

O folheador automático é um equipamento que permite a leitura de livros sem a utilização das mãos. Ele pode ser comandado através de um joystick ou pelo sopro. Glória esclarece que ele pode ser usado para livros, revistas e jornais.

### Biblioteca Afrânio Antônio da Costa

Atendimento ao público: de 2ª a 6ª-feira, das 12h às 17h

Agendamento para acessibilidade: pelo telefone 2282 8823 ou pelo email [acessibilidade.dibli@trf2.jus.br](mailto:acessibilidade.dibli@trf2.jus.br)

Endereço: Rua Acre, 80 – Anexo 2B – 8º andar – Centro Rio de Janeiro

# Sindicato mantém Departamento Jurídico para atender servidores sindicalizados

**Por dentro do Sisejufe** Equipe está preparada para atuar em questões administrativas e judiciais

Max Leone

**A**lém de luta política para garantir melhores condições de trabalho e melhorias salariais, o Sisejufe também atua no campo jurídico em defesa dos interesses dos servidores que representa no Judiciário Federal no Rio. Conforme estabelecido no estatuto, a entidade é constituída de vários departamentos, que executam diversas ações e, dentre eles, está o Departamento Jurídico. De acordo com o coordenador da unidade, Dulavim de Oliveira Lima Junior, o departamento está preparado para defender os interesses dos sindicalizados nas questões administrativas e judiciais, inclusive naqueles processos que iniciam com um procedimento administrativo e terminam com um processo criminal.

Para isso, conta com uma assessoria criminal e, na área administrativa, tem à disposição um dos melhores escritórios especializados na defesa do interesse dos servidores públicos: o escritório Cassel Ruzzarin Santos Rodrigues Advogados.

Além de Dulavim, o Jurídico é composto também pelos seguintes diretores: Fernanda Estevão Picorelli, Mariana Ornelas de Araújo Góes Liria, Mario Cesar Pacheco Dias Gonçalves, Ricardo de Azevedo Soares, Ronaldo Almeida das Virgens, Soraia Garcia Marca e Valter Nogueira Alves.

“O departamento Jurídico é composto por servidores como você, que conhecem as dificuldades para entregar um serviço de qualidade à população. Sabemos das pressões apresentadas em nossa vida profissional”, afirma Dulavim de Oliveira Lima Júnior. “Por isso temos lado, o lado do servidor”.

## Assessoria nas questões de interesse da categoria

Nas questões funcionais de interesse dos servidores filiados, o Sisejufe mantém assessoria jurídica que atua tanto nas questões coletivas quanto nas questões individuais, na esfera administrativa e judicial. Essa assessoria jurídica, com matriz em Brasília e filial no Rio de Janeiro, possui conhecida experiência nas questões específicas dos servidores do Poder Judiciário da União.



Advogada Maria Libório foi contratada para atender exclusivamente os servidores filiados

**Atuação coletiva**

Nas questões que abrangem interesse geral da categoria, o Sisejufe prioriza a atuação coletiva, formulando, em nome próprio, requerimentos administrativos, pedidos de providências, procedimentos de controle administrativo, representações, ações coletivas, dentre outras medidas. Nas ações coletivas em que o sindicato atua como substituto processual de seus filiados, as custas processuais e honorários de sucumbência são suportados pela entidade. Em sua página na internet, o sindicato mantém acesso a relatórios das ações coletivas patrocinadas pelo sindicato, atualizado periodicamente.

## Atuação individual

Nas questões de interesse individual dos filiados, a assessoria jurídica prestada pelo escritório Cassel Ruzzarin Santos Rodrigues Advogados, abrange apenas

as questões funcionais. Por questões funcionais entende-se aquelas que se relacionam com o vínculo existente entre o servidor e a administração, e que ensejam a sua filiação ao Sisejufe.

A atuação na esfera administrativa envolve orientação jurídica aos filiados, atuação em requerimentos e recursos administrativos, defesa em processos disciplinares, dentre outras medidas. Já na esfera judicial, a atuação envolve também orientação jurídica aos filiados e o ajuizamento e acompanhamento de ações judiciais relacionadas às questões funcionais.

## Atendimento ao filiado nas questões funcionais

Para entrar em contato com a assessoria jurídica administrativa do Sisejufe, os filiados dispõem dos seguintes canais:

- Plantões - os atendimentos pessoais e telefônicos são realizados nos plantões prestados às terças-feiras (das 14h às 19h) e nas quintas-feiras (das 9h às 13h), na sede do Sisejufe. Para agendar atendimento, o filiado deve entrar em contato com a Secretaria do Jurídico pelo (21) 2215-2443 (opção 1).

- Pergunte ao Jurídico - disponível no site do Sisejufe ([www.sisejufe.gov.br](http://www.sisejufe.gov.br)), o formulário - exclusivo para assuntos jurídicos - permite que o filiado encaminhe sua dúvida à assessoria Jurídica, que poderá respondê-la por e-mail, ou encaminhá-lo para atendimento, quando a complexidade do assunto exigir.

## Assessoria Cível

O ano de 2015 foi um ano decisivo para o Contencioso

Cível do Departamento Jurídico do Sisejufe. Houve a contratação da advogada Maria Libório, para atuar exclusivamente com servidores filiados, com o intuito de facilitar a construção e execução de soluções para os conflitos em que os servidores estejam envolvidos.

Os atendimentos são feitos de acordo com a disponibilidade do servidor, podendo ser presencial. É preciso agendar um horário com a advogada e comparecer ao Sisejufe. A consulta também pode ser feita por telefone, bastando para isso que o servidor ligue para o telefone (21) 2215-2443 e agende o atendimento. A advogada dará retorno ao servidor.

O Contencioso Cível abrange a maioria dos problemas cotidianos que ocorrem devido a uma grande variedade de serviços e produtos disponíveis, sendo muito comum ocorrer abuso por parte de instituições financeiras, empresas de seguro, planos de saúde e outros.

## Algumas das ações que podem ser preparadas

- Medidas cautelares
- Ações de responsabilidade civil

## Apresentação de defesas, recursos e impugnações

- Consignação em pagamento
- Ação de cobrança
- Ação de execução
- Ação de indenização, danos morais e danos materiais.
- Mandado de Segurança

## Atividades da área cível\*

- Ingresso de 32 ações iniciais;
- Ingresso em 5 processos em andamento;
- 281 petições intercorrentes;
- 26 audiências de conciliação;
- 15 audiências de instrução e julgamento;
- 105 Atendimentos Jurídicos (Telefone, Presencial e E-mail).

\*Período de 10 de junho de 2015 a 29 de fevereiro de 2016

# Ações coletivas garantem direitos dos servidores que recebem auxílio-creche

**Assessoria Jurídica** IR sobre auxílio creche: primeiras execuções ajuizadas já tiveram depósito do RPV

## Sindicato aguarda entrega de documentos pelos interessados

O escritório Cassel Ruzzarin Santos Rodrigues Advogados iniciou no ano de 2015 vários processos de execução em favor dos filiados ao Sisejufe (execuções em grupos), depois de obter o trânsito em julgado da sentença que afastou a incidência do imposto de renda sobre o auxílio-creche, e a União foi condenada a restituir os

valores indevidamente descontados (processo nº 0039712-36.2008.4.01.3400). Mais de 300 filiados serão beneficiados pelas ações já propostas. A assessoria jurídica estima, no entanto, que menos da metade dos servidores com direito à restituição procurou o sindicato para executar a ação.

Grande parte das execuções já tem manifestação da Advocacia-

-Geral da União (AGU) informando que não pretende interpor embargos e, nesses casos, o escritório vem requerendo a expedição imediata das requisições de pagamento. Em janeiro de 2016 foram depositados os créditos relativos às primeiras requisições de pagamento enviadas ao TRF da 1ª Região.

Na ação coletiva, o sindicato obteve, em janeiro de 2009, an-

tecipação de tutela para suspender a exigibilidade do crédito tributário no tocante ao auxílio pré-escolar. Em razão disso, os filiados ao Sisejufe não vem sofrendo a incidência do imposto sobre o auxílio desde 2009, ou desde a data da filiação ao sindicato, para quem se filiou a partir de março de 2009.

Contudo, como a ação foi ajuizada em dezembro de 2008, há valores a serem restituídos no período anterior ao cumprimento da decisão antecipatória, ou seja, até 17 de dezembro de

2003, em razão da prescrição quinquenal.

O Sisejufe pede aos filiados interessados na execução que ainda não entregaram a documentação, que não deixem para última hora, a fim de evitar qualquer risco de prescrição. Veja no site do Sisejufe quem tem valores a executar e os documentos necessários no link: <http://sisejufe.org.br/wprs/2016/03/ir-sobre-auxilio-creche-primeiras-execucoes-ajuzadas-ja-tiveram-deposito-do-rpv/>

## Conheça também a ação na qual o Sisejufe obteve liminar para suspender a cobrança de cota-parte de quem recebe o benefício

O Sisejufe entrou com ação para suspender cobrança de cota-parte dos servidores do auxílio pré-escolar, e obteve liminar favorável. Na ação, o advogado Rudi Cassel destaca que houve extrapolação da previsão legal, pois a cobrança da cota de participação do servidor no auxílio pré-escola é disciplinada apenas em regulamentos e não resulta de decisão judicial, portanto não se enquadra nas possibilidades de desconto em folha sem autorização, conforme

disciplina a Lei 8.112/90.

A criação de uma contrapartida de até 25% do valor do benefício a ser custeado pelo trabalhador nos órgãos do Poder Judiciário da União segue regulamentos também usados em outros órgãos públicos.

Para a assessoria jurídica do sindicato, não pode a União instituir cota parte ao servidor sobre a referida parcela indenizatória, afastando-se de parte de sua obrigação sem autorização legal para tanto, gerando a

redução ilícita do auxílio pré-escolar e/ou creche devido aos substituídos, apesar de previsto integralmente em dotação orçamentária específica.

A Constituição Federal atribui ao Estado a garantia de educação infantil em creche e pré-escola às crianças até seis anos de idade. A regra tem como pano de fundo a prestação de auxílio aos responsáveis pelas providências destinadas à educação da criança nos primeiros anos, tanto é assim que a Constituição prevê ao trabalha-

dor urbano e rural a assistência gratuita de seus dependentes em creches e pré-escolas.

O Estatuto da Criança e do Adolescente também atribui ao Estado o dever de assegurar à criança de zero a seis anos de idade o atendimento em creche e pré-escola. A referida vantagem tem caráter indenizatório, pois apenas substitui o que servidor deveria receber na forma de assistência aos seus dependentes que contam com até seis anos de idade. Assim,

trata-se de mera restituição de despesa feita com creche ou pré-escola, cujo encargo a lei atribuiu ao Poder Público.

Na ação, que tramita perante a Seção Judiciária do Distrito Federal sob o nº 0018302-72.2015.4.01.3400, foi deferida a antecipação de tutela em favor dos servidores que recebem o auxílio-creche, para que a administração se abstenha de exigir deles a cota de participação sobre o custeio do auxílio recebido mensalmente.

## Sindicato ajuíza ação coletiva contra a aplicação do Funpresp

O Sisejufe ajuizou ação coletiva a fim de afastar a submissão ao Funpresp-Jud de seus filiados que possuíam, antes do ingresso no Tribunal, vínculo estatutário com outros entes federativos (Estados, Distrito Federal e Municípios), e que não houve intervalo entre uma situação e outra.

A iniciativa encontra respaldo na inconstitucionalidade de não considerar o período de cargo efetivo em outro ente federativo para a ressalva prevista no parágrafo 16 do artigo 40 da Constituição da República. As Leis nº 10.887/2004 e 12.618/2012 observaram o direito de permanecerem segurados apenas pelo

Regime Próprio de Previdência Social os servidores que já haviam ingressado no serviço público antes da instituição do Fundo de Previdência.

“O princípio da isonomia e o pacto federativo impõem que se observe a mesma proteção constitucional conferida à categoria dos servidores públicos,

não sendo constitucionalmente adequada a discriminação do mesmo destinatário da norma em razão de sua origem”, observa o advogado do Sindicato, Rudi Cassel. Infraconstitucionalmente, ainda é violado o art. 103 da Lei nº 8.112/1990 que assegura a contagem do tempo de serviço prestado a outros

entes federativos para efeitos de aposentadoria, não sendo válido restringir a efetividade por norma hierarquicamente inferior. O processo foi autuado sob o número 004472-05.2016.4.01.3400, distribuído à 14ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal.

# Corte no TRT-RJ compromete nomeações, provoca demissões de estagiários e ameaça o funcionamento do Tribunal

**Defesa do Servidor** Sisejufe, Amatra e OAB criam força-tarefa para minimizar impactos da crise na Justiça do Trabalho

Tais Faccioli

O Sisejufe se uniu a entidades de representação de magistrados e advogados em uma força tarefa que busca soluções para diminuir os impactos do corte orçamentário no Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT-RJ). O esforço conjunto foi articulado no dia 1 de março, durante encontro dos diretores do sindicato Ricardo Quiroga e Luis Amauri com representantes da Comissão da Justiça do Trabalho da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ), da Associação dos Advogados Trabalhistas (Acat), da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Amatra) e da Associação dos Diretores e Chefes de Secretaria da Justiça do Trabalho (Adics).

O Rio de Janeiro foi o segundo tribunal regional do país mais atingido no contingenciamento sofrido pelo Judiciário Trabalhista na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2016. “O corte chega a

32% das despesas de custeio e 90% em investimentos. Se não conseguirmos diminuir este valor, as varas vão parar”, alertou o diretor do sindicato Luis Amauri. “Esse corte é só o início de uma campanha contra a Justiça do Trabalho. Não sei se a gente consegue chegar ao fim do ano. Devemos agir de forma estratégica”, acrescentou a presidente da Amatra, a juíza Clea Couto.

Também participaram da reunião Clarissa Costa e Ricardo Menezes, representantes da Comissão da Justiça do Trabalho da OAB-RJ; o presidente da Acat Luiz André Vasserstein e o diretor da entidade Luiz Carlos de Oliveira; a juíza Raquel de Oliveira Maciel, da 40ª Vara trabalhista, e Lorena Moroni Barroso, membro da Adics.

O diretor do sindicato Ricardo Quiroga chamou a atenção para o drama interno nas varas trabalhistas: “Com o corte, não há condições de funcionar do mesmo jeito. Foram reduzidos cerca de 50% dos estagiários,



Força-tarefa discute contingenciamento no TRT-RJ, segundo tribunal regional do país mais atingido pelo corte orçamentário

nomeações estão suspensas e não há como repor os servidores que se aposentam, o PJE está lento, os computadores não dão conta. Precisamos sinalizar esses problemas para fora”.

O grupo está articulando uma reunião com o ministro chefe da Casa Civil, Jaques Wagner, na tentativa de convencer o governo a diminuir o volume

do corte. Também foi solicitada uma agenda com a presidente do TRT-RJ, desembargadora Maria das Graças Paranhos, para que esta esclareça em detalhes as despesas do tribunal. “É preciso ter acesso aos gastos. Há gorduras, mas não sabemos onde se pode cortar”, diz Clea Couto.

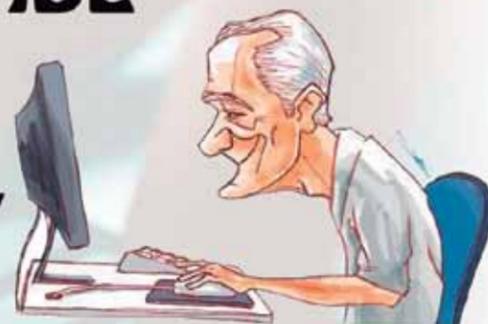
Será elaborada ainda uma nota conjunta para explicar

à população que o corte no orçamento já está comprometendo o funcionamento da Justiça do Trabalho. Esta ação será complementada com uma campanha de valorização do Judiciário Trabalhista, que incluirá a confecção de faixas e cartazes. O grupo pretende realizar reuniões periódicas para avaliar o avanço das propostas.

## CURSO DE INFORMÁTICA E TECNOLOGIA EM GERAL PARA A TERCEIRA IDADE

**INTEIRAMENTE GRATUITO**

Operações básicas com o computador (sistema operacional Windows), digitação de textos, planilhas para controle de finanças, organização de livros, Excel, PowerPoint (criação de slides e apresentações), pesquisas na internet, e-mails e SMS, Skype (comunicação por voz), gravações personalizadas em CDs e DVDs. Conheça mais sobre as multifuncionalidades dos computadores como: notebook, netbook, tablet, iPad, iPod, celular, iPhone, TV (Led e 3D), VoIP, roteador, jogos, câmeras, filmadoras, Bluetooth, MP3 etc.



**As turmas serão divididas em BÁSICA e AVANÇADA e as aulas serão de segunda a sexta-feira, das 8 às 16 horas, com duração de 1 hora, com no máximo 3 alunos por hora.**

O Sisejufe se equipou para proporcionar o melhor rendimento do curso.

**Inscrições com Pamela pelo telefone (21) 2215.2443 Ramal 226**

# Sisejufe inaugura seis novas suítes na Sede Campestre

## Entretenimento

Espaço ganha investimentos para garantir acessibilidade às pessoas com deficiência

Quem estiver programando passar momentos de lazer na Sede Campestre do Sisejufe encontrará inovações, que foram planejadas para aumentar o conforto e a diversão dos sindicalizados e seus familiares. Entre as novidades, destaca-se a inauguração de uma lavanderia e de seis novas suítes, totalizando 18 unidades.

### Acessibilidade para pessoas com deficiência

A Sede Campestre também se torna uma opção de entretenimento aos que têm dificuldade de locomoção. Além de rampas nos espaços de uso coletivo, a estrutura conta agora com uma suíte adaptada para cadeirantes.

### Investimentos continuam

A previsão da diretoria é concluir, ainda este ano, mais três suítes, uma nova cozinha, uma quadra de esportes e um parquinho infantil.

As reservas são efetuadas por meio do site do Sisejufe: [www.sisejufe.org.br/wprs/sindicato/sede-campestre/reservas-para-sede-campestre/](http://www.sisejufe.org.br/wprs/sindicato/sede-campestre/reservas-para-sede-campestre/)



A Sede Campestre do sindicato oferece no total 18 suítes, uma delas adaptada para cadeirantes

## Valor das diárias

A partir de 1ª de maio, será implantada uma nova forma de cobrança das diárias, passando a vigorar as modalidades single, duplo, triplo e extra no mesmo quarto. Os valores das diárias (com direito a café da manhã) também serão atualizados, depois de dois anos sem qualquer alteração nos preços. Veja a tabela:

Acomodação Sócio/Dependente Direto	Preço R\$	Acomodação Convidado	Preço R\$
Single	60,00	Single	80,00
Duplo	90,00	Duplo	120,00
Triplo	120,00	Triplo	150,00
Extra	30,00	Extra	40,00



# O dom do sucesso

## Prata da Casa

Artista reconhecida internacionalmente trabalha no Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Cristiane Vianna Amaral

**E**ra para ser apenas uma distração, uma atividade para passar o tempo, daquelas que a gente faz em momentos difíceis. A servidora do Judiciário Federal, Sheila Jeronimo, estava com a mãe doente e decidiu se matricular em um curso de desenho aos sábados pela manhã. Só que a vida é cheia de surpresas. Seu primeiro desenho, o retrato *Nativo*, arrebatou a medalha de bronze no concurso *Data Venia – Eu sou Artista*, em 2008, promovido pelo Tribunal Regional Federal (TRF) do Rio de Janeiro.

A partir de então, ela não parou mais. O retrato *Hindu* foi premiado no I Salão de Artes Plásticas do Museu Naval de 2009. A obra em pastel seco receberia ainda outras seis condecorações e hoje faz parte do acervo da Galeria La Pigna, no Vaticano, onde foi realizada uma amostra de artistas brasileiros em 2011. Sheila foi agraciada ainda com a Comenda Benedito Luiz, de Mérito Cultural, da As-

sociação Brasileira de Desenho.

Participou também de uma mostra de artistas brasileiros e portugueses no Palácio da Independência de Lisboa, Portugal. Sua arte a levaria ainda a Miami, Estados Unidos, onde expôs, com os conterrâneos, no Museu das Américas.

Outro retrato, chamado *Felicidade*, ganharia primeiro lugar no concurso do TRF de 2012. “Já estou preparando um novo trabalho para a premiação, que deve ocorrer esse ano.” As obras ficam expostas no próprio prédio do Tribunal, onde Sheila trabalha como telefonista.

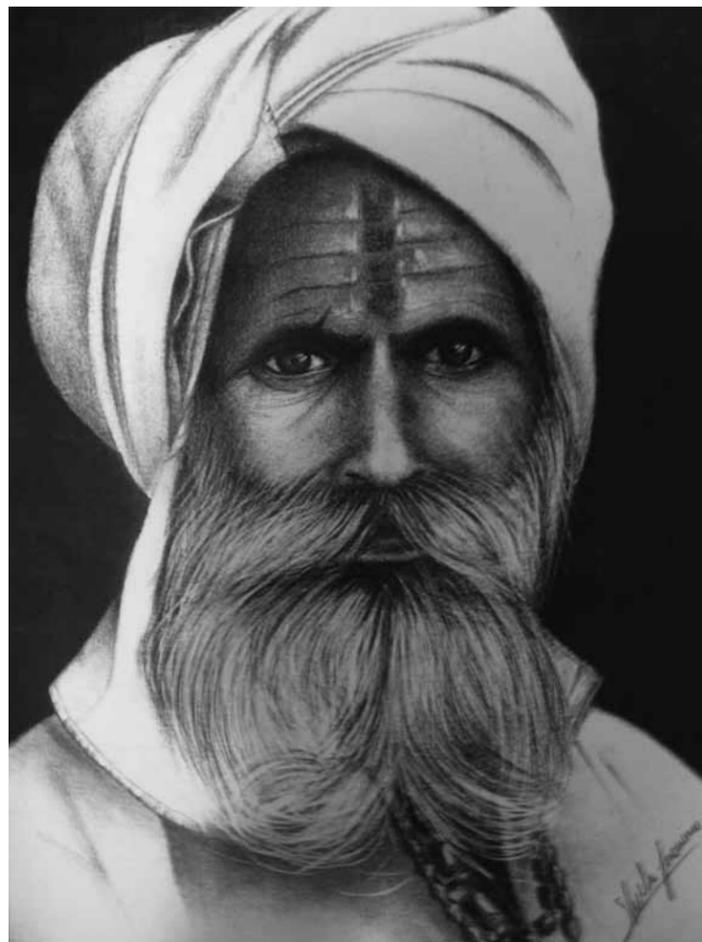
Apesar do reconhecimento, ela afirma que nunca pensou em viver de sua arte. “Não quero ter o compromisso de produzir. Gosto como um hobby, pra relaxar”, conta. Ao mesmo tempo, ela se considera disciplinada e exigente. E os colegas admiram sua rapidez: as obras levam, geralmente, apenas um mês para serem concluídas.

### A arte da superação

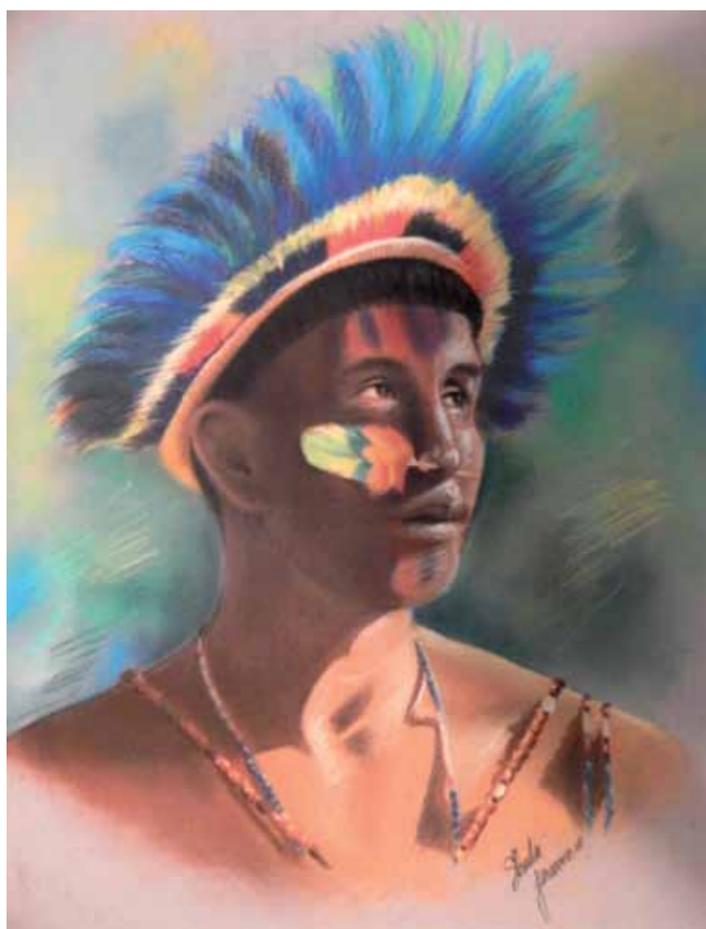
Porém, nem tudo são flores. A mãe não sobreviveu para ver

o sucesso da filha. E Sheila se emociona ao falar do pai, seu grande mentor, falecido bem antes, em 2005. “Era meu maior crítico.” João Jeronimo, o Moreno, foi desenhista profissional da Metro-Goldwyn-Mayer, fez trabalhos para a Mangueira e era o responsável pelos murais do Pavilhão de São Cristóvão.

“O dom veio do meu pai; mas ele sempre colocava mil defeitos nos meus desenhos”, lembra com carinho. Talvez daí, venha o sentimento de superação que ela busca em cada obra. Até então, os trabalhos foram feitos sob a tutela de um professor. “Agora quero saber até onde posso ir sozinha. O que posso produzir de novo.” E o próximo desafio já está traçado: Sheila quer se aventurar pela pintura a óleo.



**Hindu: obra reconhecida no Brasil e no exterior**



**Nativo: a surpresa do primeiro trabalho ser premiado**



A entrevista com a artista plástica Sheila Jeronimo foi feita na Caixa Cultural do Rio de Janeiro, durante a exposição *Frida Kahlo: Conexões entre mulheres surrealistas no México*. “A mulher traz um perfume diferente, um novo sentimento para a arte. É mais um espaço que está sendo conquistado”, reflete. Não por acaso, suas artistas preferidas são as cariocas Beatriz Milhazes, que tem um trabalho marcado pela feminilidade, e Adriana Varejão, consagrada pelas obras viscerais.